



ORBIS

Boletim do LEPEB-UFF



Vol. 2 - N°5
JANEIRO-ABRIL/2024
ISSN: 2965-2235

Editorial

Março de 2018. Com a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro em andamento, a vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes foram assassinados brutalmente no bairro do Estácio. Nos anos seguintes, as investigações sobre o crime seriam conduzidas de maneira lenta e descuidada pela polícia civil carioca, sob o olhar complacente dos governos estadual e federal.

Somente após a eleição do atual governo, em 2022, e da entrada na Polícia Federal no caso em fevereiro de 2023, por determinação do então Ministro da Justiça Flávio Dino “a fim de ampliar a colaboração federal com as investigações sobre a organização criminosa que perpetrou os homicídios de Marielle e Anderson”, essas investigações começariam a avançar mais rapidamente. Assim, seis anos depois, em março deste ano, a Polícia Federal finalmente prenderia os acusados de serem os mandantes do crime: o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e ex-deputado estadual, Domingos Brazão, e seu irmão, o deputado federal Chiquinho Brazão.

Além dos irmãos Brazão, também foi preso o delegado Rivaldo Barbosa que, segundo o relatório da PF, teria ajudado a articular a execução da vereadora e garantido aos criminosos que as investigações não dariam em nada. Ex-chefe da Polícia Civil carioca, Barbosa foi indicado para o cargo, às vésperas do crime, pelo Gen. Richard Fernandez Nunes, Secretário de Segurança do Rio de Janeiro durante a intervenção federal.

Essas prisões comprovam a intrincada rede de atividades criminosas que articula milicianos, traficantes, políticos e autoridades das diferentes esferas de poder na Cidade e na Região Metropolitana do RJ, além de ampliarem os questionamentos sobre a controversa intervenção federal e a atuação de integrantes das Forças Armadas que dela participaram, alguns dos quais teriam papel destacado no governo Jair Bolsonaro como o Gen. Braga Netto.

Três dos artigos presentes nesta edição do **Orbis** abordam, direta ou indiretamente, essas questões ao discutirem temas como as políticas de segurança pública do Rio de Janeiro nas últimas décadas, o debate conceitual sobre o que são milícias cariocas e as repercussões do assassinato de Marielle e Anderson.

Mas já que estamos falando de investigações morosas, é importante registrar que os inquéritos envolvendo os atos golpistas de 08 de janeiro de 2023 parecem andar a

passos lentos, depois da celeridade inicial que levou à prisão e condenação de vários participantes do fracassado “putsch de Brasília”. E justamente no momento em que eles começam a abarcar os financiadores e idealizadores do golpe malfadado. Na esteira dessa morosidade, a bancada parlamentar bolsonarista se articula para tentar aprovar uma anistia aos golpistas, que englobaria não só os “bagrinhos” já condenados, mas, principalmente, os “tubarões” ainda sob investigação. Esses mesmos parlamentares também têm procurado mobilizar apoios junto à extrema direita internacional, notadamente a dos EUA, para denunciar uma pretensa “venezuelização” do Brasil, que estaria sendo levada a cabo pelo governo Lula, com respaldo do STF. É essa articulação entre os extremistas do bolsonarismo e do trumpismo que foi abordada no artigo “A Festa de Selma e as conexões transnacionais da extrema direita brasileira”.

E em um ano de eleições municipais, o artigo que fecha esta edição traz para o debate a paradiplomacia e a atuação dos entes subnacionais nas relações internacionais, ao analisar as propostas sobre o tema – ou a ausência delas – dos principais candidatos à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Por fim, registramos que, a partir desta edição, o **Orbis** terá a sua periodicidade alterada, passando a ser publicado quadrimestralmente, com três edições ao longo do ano. Cremos que, desta forma, o boletim poderá cumprir melhor sua proposta de mesclar análises mais imediatas de conjuntura com artigos que adotem abordagens históricas e/ou conceituais.

Desejamos a todos/as uma boa leitura.

Os editores